

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.310 - SC (2019/0302416-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
EVERTON TORRES  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ROSEMIRO BENEDITO DA COSTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROSEMIRO BENEDITO DA COSTA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 4029110-69.2019.8.24.0000, indeferiu o pedido liminar.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 306, § 1º, I, do Código de Trânsito Brasileiro (conduzir veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool).

Durante a realização da audiência de custódia, o Juízo da Vara de Plantão Cível e Criminal da Comarca de Blumenau/SC concedeu-lhe liberdade provisória mediante fiança, arbitrada em R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo-lhe concedido prazo até 10/10/2019 para o seu pagamento, sob pena de revogação da medida, bem como a obrigação de comparecer a todos os atos do processo e de informar ao juízo eventual mudança de endereço (e-STJ fls. 35/39).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na Corte estadual buscando a dispensa da fiança, sob a alegação de que o paciente seria hipossuficiente, uma vez que estaria desempregado e assistido pela defensoria pública. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 48/51).

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina reafirma as alegações originárias, pleiteando a dispensa da fiança, uma vez superado o enunciado 691 da Súmula do STF (e-STJ fls. 3/7).

É, em síntese, o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar no *writ* originário, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

Na hipótese, todavia, vislumbro flagrante constrangimento ilegal apto a ensejar o deferimento do pedido emergencial, mesmo sem o pronunciamento definitivo da matéria pelo Tribunal de origem.

É que, ao menos num juízo perfunctório, parece-me que o paciente, em virtude de não ter condições de arcar com a fiança arbitrada, por ocasião da concessão da liberdade provisória, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), e do escoamento do prazo dado para o seu pagamento – 10/10/2019 –, está na eminência de ter expedido contra si mandado de prisão, o que, ao que tudo indica, revela a sua hipossuficiência, já que não me parece crível que ele optasse por se submeter ao constrangimento de ser preso caso possuísse meios de adimplir a fiança fixada.

Aliás, é cediço nesta Casa que o inadimplemento da fiança imposta, por si só, não é capaz de fundamentar a decretação/manutenção da custódia cautelar, nos termos do art. 350 do Código de Processo Penal.

Assim, considerando-se que a custódia do ora paciente somente se daria em virtude do não pagamento da fiança, entendo ser caso de deferir o pedido de urgência.

A propósito, confirmam-se os seguinte precedentes desta Corte:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. MITIGAÇÃO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. FURTO QUALIFICADO TENTADO. AFASTAMENTO DA FIANÇA ARBITRADA. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. HIPOSSUFICIÊNCIA DO PACIENTE EVIDENCIADA PELO TEMPO DE PRISÃO CONCRETAMENTE CUMPRIDO. ILEGALIDADE. PRESENÇA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

**1. O tempo de prisão concretamente cumprido desde o dia 19/11/2016 evidencia a impossibilidade de pagamento da fiança, sendo pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o inadimplemento da fiança arbitrada não pode, por si só, legitimar a custódia do paciente devendo ser observada a disciplina estatuída no art. 350 do CPP. Precedentes.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Habeas corpus concedido, para a soltura do paciente, MATHEUS BATISTA SILVA, isentando-o do recolhimento da fiança, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária medida cautelar penal, inclusive menos grave que a prisão processual. (HC 385.337/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017, grifei.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ART. 54, § 2º, DA LEI N. 9.605/1998. AFASTAMENTO DA FIANÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO PACIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A fiança não pode servir como uma espécie de preço ou taxa que o indivíduo é instado a pagar como condição para responder ao processo em liberdade.

**2. Evidenciado que o paciente é hipossuficiente, visto que, por mais de quatro meses, permanece preso provisoriamente por não possuir meios para pagar a fiança, e que as outras medidas fixadas pelo Juiz, elencadas no art. 319, I e III, do CPP, são adequadas e suficientes para prover as exigências cautelares do caso concreto, deve ser reconhecida a ilegalidade.**

3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, determinar que o paciente seja mantido em liberdade, independentemente do pagamento da fiança, mantidas as demais medidas alternativas fixadas no Juízo de origem. (HC 369.467/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 27/10/2016, grifei.)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Com o advento da Lei n.º 12.403/11, externaram-se os comandos constitucionais que identificam na prisão provisória o caráter de ultima ratio.

**2. In casu, existe manifesta ilegalidade, na medida em que o paciente permanece custodiado única e exclusivamente em razão do não pagamento da fiança arbitrada no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).**

**3. Afigura-se irrazoável manter o réu preso cautelarmente apenas em razão do não pagamento de fiança, especialmente quando se alega impossibilidade de fazê-lo e o juízo não apontou qualquer dado concreto que demonstre a necessidade da medida extrema.**

4. Note-se que o paciente é presumivelmente pobre, sendo caso de aplicação do disposto no art. 350 do Código de Processo Penal.

5. Ordem concedida, confirmando a liminar deferida, a fim de garantir a liberdade provisória ao paciente, independentemente do pagamento de fiança, se por outro motivo não estiver preso, sem

# Superior Tribunal de Justiça

prejuízo de que o Juízo a quo, de maneira fundamentada, examine se é o caso de aplicar uma das medidas cautelares implementadas pela Lei n.º 12.403/11, ressalvada, inclusive, a possibilidade de decretação de nova prisão, caso demonstrada sua necessidade. (HC 353.167/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 21/06/2016, grifei.)

À vista do exposto, **defiro a liminar** para suspender a necessidade de recolhimento da fiança imposta pelo Juízo de primeiro grau até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, solicitando-lhes informações e ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração

Requeira-se, ainda, a senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator